

**CONSIDERANDO** a proposição feita pela Presidência do Conselho Seccional da OAB, por ocasião da I Reunião da Direção do Poder Judiciário amazense com representantes da OAB, do Ministério Público e da Defensoria Pública, realizada no dia 23.05.01, visando à melhoria dos serviços judiciários neste Estado;

**CONSIDERANDO**, por fim, a competência que lhe confere o art. 74, Incisos IX, letra "c", primeira parte, e XXIV, da Lei Complementar estadual nº 17, de 24.04.97 (Lei de Organização Judiciária do Estado);

#### RESOLVE:

**Art. 1º** - As custas referentes aos processos em geral e à contadoria e distribuição, previstas nas Tabelas I e X da Lei Estadual nº 2.429/97, serão antecipadas pelo autor, observada a sistemática de cálculo e recolhimento, da seguinte forma:

I - 50% (cinquenta por cento), por ocasião da distribuição do feito, observada a regra do art. 257 do CPC;

II - 50% (cinquenta por cento), quanto os autos forem conclusos ao juiz, para decisão.

**Art. 2º** - as despesas relativas a outros atos processuais, previstas nas demais Tabelas, serão antecipadas, por quem de direito, na forma legal, à medida em que o ato for sendo praticado.

**Art. 3º** - Este Provimento entra em vigor na data da sua publicação, revogando e substituindo o Provimento nº 55/01-CGJ, de 28.05.01.

Gabinete da Corregedoria Geral de Justiça, em Manaus, 28 de maio de 2001.

Desembargadora **MARINILDES COSTEIRA DE MENDONÇA LIMA**  
Corregedora Geral de Justiça

**FI 3478**

Assunto: **PORTARIA Nº 301/2001**  
Resenha: 20.12.2001

A Excelentíssima Senhora Desembargadora, **MARINILDES COSTEIRA DE MENDONÇA LIMA**, Corregedora Geral da Justiça do Estado do Amazonas, etc...

No uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** os termos do Relatório Final da Comissão constituída pela Portaria nº 231/2001, de 09.08.2001, para realizar Correção Extraordinária no Cartório de Boca do Acre-AM, concluindo pelo cancelamento de registros de imóveis rurais na circunscrição da referida Comarca, como indicados nos Provimentos de nºs 02 e 16/2001, cujos registros foram feitos de forma irregular, ou até mesmo fraudulentos, uma vez que não decorreram de títulos legítimos, previstos em lei;

**CONSIDERANDO** que os atos registraes irregulares dessa magnitude e nessa proporção jamais poderiam ter acontecido, se não houvesse a participação funcional dolosa ou culposa dos registradores de imóveis ou de outros servidores da Comarca;

**CONSIDERANDO**, por fim, a necessidade de se investigar em profundidade sobre tais práticas, identificando e punindo disciplinadamente os seus autores;

#### RESOLVE:

**I - DETERMINAR** a abertura do competente Inquérito Administrativo para apurar a responsabilidade funcional do Escrivão da Comarca de Boca do Acre-AM, Sr. **JOÃO DA GRAÇA SOUTO**, bem como de outros serventuários que prestam, ou que prestaram serviços na referida Serventia Judicial, pela prática dos atos registraes cancelados em decorrência da Correção Extraordinária realizada;

**II - DESIGNAR** o Exmo. Sr. Dr. **ABRAHAM PEIXOTO CAMPOS FILHO**, Juiz de Direito Corregedor Auxiliar, para presidir o respectivo Inquérito Administrativo, auxiliado pelos membros **MAUREA VIRGINIA MOTA SANTOS** e **SILVIA VALÉRIA DE CARVALHO CABRAL MARQUES**, a qual funcionará como Secretária, devendo ao final oferecer relatório conclusivo no prazo legal.

**CUMPRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E PUBLIQUE-SE.**  
Gabinete da Corregedoria Geral da Justiça, em Manaus 20 de dezembro de 2001.

Desembargadora **MARINILDES COSTEIRA DE MENDONÇA LIMA** - CORREGEDORA GERAL DA JUSTIÇA

**FI 3477**

#### PROVIMENTO Nº 60/01-CGJ

A Excelentíssima Desembargadora **MARINILDES COSTEIRA DE MENDONÇA LIMA**, Corregedora Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no uso de suas atribuições legais, e

**CONSIDERANDO** a constatação, em processos administrativos a cargo desta Corregedoria Geral de Justiça, que alguns advogados não observam os prazos fixados por lei para a vista de autos de processo fora do Cartório ou Secretaria, prejudicando o andamento dos feitos;

**CONSIDERANDO** que os Procuradores fazendários federais, e os membros do Ministério Público quando funcionam como parte ou na qualidade de custos legis, têm direito, em qualquer feito, à intimação pessoal dos atos e termos do processo (art. 6º da Lei nº 9.028, de 12.04.95, e art. 236, § 2º do CPC, respectivamente);

**CONSIDERANDO** que a prerrogativa supra é conferida aos Procuradores fazendários municipais e estaduais nos feitos relativos às execuções fiscais (art. 25 da Lei nº 6.830, de 22.09.80);

**CONSIDERANDO** que a agilização dos feitos judiciais, por imperativo constitucional, incumbe não somente ao Poder Judiciário, mas também ao Ministério Público, à Advocacia pública e privada e à Defensoria Pública;

**CONSIDERANDO** a proposição feita a esta Corregedoria Geral de Justiça pela Procuradora-Chefe da Procuradoria da Fazenda Nacional no Amazonas (Ofício nº 344/001, de 16.08.01 - Processo nº 300/01-CGJ);

**CONSIDERANDO**, por fim, a competência que lhe confere o art. 74, Inciso XXIV, da Lei Complementar estadual nº 17, de 24.04.97 - Lei de Organização Judiciária do Estado;

#### RESOLVE:

**Art. 1º** - **DETERMINAR** aos Escrivães e Diretores de Secretaria das Varas da Capital e das Comarcas do interior do Estado a fiel observância dos prazos e condições fixados por lei aos advogados públicos e privados e aos membros do Ministério Público (art. 40, II e III, e, §§ 1º e 2º, e 188, ambos do CPC), para a vista de autos de processos fora do Cartório ou Secretaria, promovendo a cobrança dos mesmos, logo após o vencimento desses prazos;

**Parágrafo único** - persistindo a recusa, ou não sendo possível a intimação pessoal do advogado público ou privado, ou do agente ministerial, visando à devolução dos autos, o Escrivão ou Diretor de Secretaria dará ciência do fato ao Juiz de Direito da Vara ou Comarca, o qual, sem prejuízo de outras providências julgadas cabíveis, deverá comunicar por escrito o ocorrido ao Conselho Seccional da OAB e ao Procurador Geral de Justiça, conforme o caso.

**Art. 2º** - **DETERMINAR** aos Escrivães e Diretores de Secretaria das Varas da Capital e das Comarcas do interior do Estado que, nos feitos em que o Ministério Público funcionar como parte, ou na qualidade de custos legis, bem como nas execuções fiscais a cargo das Procuradorias Fiscais estadual e municipais, a intimação do agente ministerial e dos procuradores fiscais seja feita pessoalmente, logo após o ato ou termo do processo objeto da intimação, comprovada com a rubrica de "ciente" do intimado, ou por certidão lançada nos autos, sob fé pública.

**§ 1º** - Não havendo, eventualmente, representante do Ministério Público em efetivo exercício perante a Vara ou Comarca, essa circunstância será imediatamente comunicada pelo Escrivão ou Diretor de Secretaria ao respectivo Juiz de Direito, que deverá oficial ao Excelentíssimo Procurador Geral da Justiça, de ordem e em nome desta Corregedoria, encarecendo a designação de um agente ministerial para funcionar no feito em questão, informando, na oportunidade, o ato ou termo do processo objeto da intimação.

**§ 2º** - as intimações dos Procuradores da Fazenda Nacional em feitos judiciais que tramitam perante a jurisdição comum nas Comarcas do interior serão feitas pessoalmente, via postal, mediante a remessa dos autos pelo correio, com as despesas pagas pela Procuradoria da Fazenda Nacional no Amazonas, que se encarregará de providenciar os respectivos cartões de postagem.

**Art. 3º** - **RECOMENDAR** aos Juizes de Direito das Varas da Capital e das Comarcas do interior, na qualidade de primeiros Corregedores de suas respectivas Varas ou Comarcas, o acompanhamento das determinações ora feitas aos seus Escrivães e Diretores de Secretaria, bem como, no que couber, o fiel cumprimento deste Provimento.

**Art. 4º** - **DETERMINAR** ao Secretário desta Corregedoria que, de ordem, dê ciência do presente Provimento aos Excelentíssimos Procurador Geral de Justiça, Procurador Geral do Estado, Presidente do Conselho Seccional da OAB, Procurador-Chefe da Defensoria Pública e Procurador-Chefe da Procuradoria da Fazenda Nacional no Amazonas.

**Art. 5º** - Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Corregedoria Geral de Justiça, em Manaus, 27 de dezembro de 2001.

Desembargadora **MARINILDES COSTEIRA DE MENDONÇA LIMA**  
Corregedora Geral de Justiça

**FI 3477**

RESENHA: 18.10.2001  
ASSUNTO: PROVIMENTO Nº 02/2001

Os membros da Comissão de Correção Extraordinária, constituída pela Portaria nº 130/2001, de 29 de janeiro de 2001, no uso de suas atribuições e

**CONSIDERANDO** a representação feita a Corregedoria Geral de Justiça pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), por sua Procuradoria Regional, através do OFÍCIO/INCRA/PJ/SR(15) Nº 01-01, de 10.01.01, denunciando irregularidades em registros de imóveis rurais em Comarcas do interior deste Estado, e requerendo providências;

**CONSIDERANDO** a competência atribuída às Corregedorias Gerais de Justiça pela Lei nº 6.739, de 05.12.79, para declararem inexistentes e cancelarem matrículas e registros de imóveis rurais, ou porque tais registros não têm origem em título legítimo, ou porque vinculados a títulos nulos de pleno direito, ou porque feitos em desacordo com os arts. 221 e seguintes da vigente Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015, de 30.06.73);

**CONSIDERANDO** que, por intermédio do Provimento nº 02/87, desta E. Corregedoria Geral de Justiça, foram declaradas inexistentes e determinado o cancelamento das matrículas e registros dos imóveis rurais referentes a **GLEBA LISBOA**, efetuados pelo Cartório da Comarca de Novo Anupuaní, vez que esses registros, pelo que resultou comprovado no Processo nº. 88/85, c/cste Órgão Correccional, versam sobre terras do domínio da União localizadas no Município de Novo Anupuaní, e que, por isso, emergiram de títulos nulos de pleno direito ou em desacordo com a legislação vigente concernente à espécie;

**CONSIDERANDO** que os imóveis abaixo relacionados são desmembramentos provenientes da **GLEBA LISBOA**, acima referida;

**CONSIDERANDO** ainda, o disposto nos artigos 214 e 252, da Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/73) e o art. 74, inciso IX, alíneas "c" e "d", da Lei Complementar Estadual nº 17/97.

#### RESOLVE:

**I - CANCELAR** as seguintes Matrículas, Registros e Averbações, abaixo relacionadas:

• Matrícula **0014** do Livro 2-A/1, às fls. 14, em data de 19/11/1992, trata da **GLEBA LISBOA** (GLEBA **JORDÃO**) com área de **87.043,0000** ha (oitenta e sete mil e quatrocentos e três hectares), tendo como adquirente **COLONIZADORA VALE DO RIO FERRO LTDA** e como transmitente **JOSÉ ANTÔNIO FRANÇA**;

• Matrícula **0015** do Livro 2-A/1, às fls. 15, em data de 19/11/1992, trata da **GLEBA LISBOA** (GLEBA **BOM JESUS 2**) com área de **87.649,0000** ha (oitenta e sete mil, seiscentos e quarenta e nove hectares), tendo como adquirente **COLONIZADORA VALE DO RIO FERRO LTDA** e como transmitente **JOSÉ ANTÔNIO FRANÇA**;

• Matrícula **0019** do Livro 2-A/1, às fls. 19, em data de 19/11/1992, trata da **GLEBA LISBOA** (GLEBA **PAXIUBA**) com área de **113.711,0000** ha (cento e treze mil, setecentos e onze hectares), tendo como adquirente **COLONIZADORA VALE DO RIO FERRO LTDA** e como transmitente **JOSÉ ANTÔNIO FRANÇA**;

• Matrícula **0020** do Livro 2-A/1, às fls. 20, em data de 19/11/1992, trata da **GLEBA LISBOA** (GLEBA **ALTAMIRA**) com área de **74.477,0000** ha (setenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e sete hectares), tendo como adquirente **COLONIZADORA VALE DO RIO FERRO LTDA** e como transmitente **JOSÉ ANTÔNIO FRANÇA**;

• Matrícula **061** do Livro 2-A/1, às fls. 61, em data de 22/02/1993, trata da **GLEBA LISBOA** (GLEBA **SEM DENOMINAÇÃO**) com área de **30.000,0000** ha (trinta mil hectares), tendo como adquirente **ENCOMIND - ENGENHARIA COMERCIO E INDUSTRIA LTDA** e como transmitente **LAURO BUOGO**;

• **R-3-395** do Livro 2-A/3, às fls. 95, em data de 06.10.1995, trata da **GLEBA LISBOA** (Fazenda **OURO VERDE** - desmembramento em Fazenda **SÃO JUDAS TADEU**) com área de **1.500,0000** ha (um mil e quinhentos hectares), desmembrada de um todo maior com **148.235,0000** ha (cento e oitenta mil, duzentos e trinta e cinco hectares), tendo como adquirente **PEWAL MARISSOL MOVEIS LTDA** e como transmitente **SALUSTIANO PEDROSA FREIRE** (houve quebra de cadeia domínial);

• Matrícula **576** do Livro 2-A/4, às fls. 81, em data de 26.06.1995, trata da **GLEBA LISBOA** (Fazenda **CINCO IRMAOS**) com área de **12.100,0000** ha (doze mil e cem hectares), tendo como adquirente **ALCEU TEIXEIRA DUARTE** e como transmitente **APARECIDO DUARTE QUEIROZ**;

• Matrícula **703** do Livro 2-A/5, às fls. 112, em data de 28.08.1996, trata da **GLEBA LISBOA** (Fazenda **LISBOA**) com área de **522.720,0000** ha (quinhentos e vinte e dois mil, setecentos e vinte hectares), tendo como

**VALIDO SOMENTE COM AUTENTICAÇÃO**